

**Parecer nº 215/99 (Complementar do Parecer nº 167/99)**

Data: 1999.12.15

Processo nº 683

**Requerente:** Rui Eugénio Varão Mouta

**Requerida:** Inspeção-Geral de Saúde.

1. Na sequência do parecer emitido pela CADA, em 20 de Outubro findo, sobre o assunto epígrafado, o Senhor Inspector-Geral de Saúde (IGS), pelo ofício 6357, de 10 de Novembro veio declarar expressamente que o documento pretendido – “abaixo assinado” – nunca havia dado entrada nos serviços, nem, obviamente, era por eles detido.
2. Assim sendo, em aditamento ao parecer anterior – cujo entendimento se mantém integralmente face aos elementos então existentes no processo – propõe-se a análise do fundamento da recusa esclarecido agora pelo IGS.
3. Perante a inequívoca informação desta entidade de que “o abaixo assinado” não deu entrada nos Serviços nem é por eles detido **não pode ser havido como um documento administrativo**, nos termos do artigo 3º da LADA e não há fundamento para aplicação desta Lei.

Com efeito, trata-se de um documento não produzido nem detido pela Administração e, portanto, de um mero documento particular.

Nestes termos, propõe-se o arquivamento da queixa, depois de comunicada aos interessados esta decisão.

Lisboa, 15 de Dezembro de 1999.

*Branca Amaral (Relatora) – Silva Marques – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*